

## ALTERAÇÕES NO PROCESSAMENTO DE RECURSOS

**MANTOVANNI COLARES CAVALCANTE**

*Juiz de Direito, atualmente exercendo a função de Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Membro acadêmico do Instituto dos Magistrados do Ceará. Ex-assessor da Presidência do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife. Ex-Professor de Direito Processual Civil da Universidade de Fortaleza.*

**Sumário.** 1. Introdução. 2. A vigência da Lei. 3. Modificações quanto aos recursos em geral. 3.1. A criação da forma de provimento dos recursos pelo próprio relator. 3.1.2. A possibilidade de exercício do juízo de retratação no recurso contra o provimento singular. 3.1.3. A apresentação do agravo em mesa. 3.1.4. A imposição do pagamento de multa quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso. 3.2. O acréscimo do “porte de remessa” como despesa na interposição do recurso. 3.3. A possibilidade de suprimento no caso de insuficiência no valor do preparo. 4. Alterações quanto aos recursos especial e extraordinário. 4.1. O recurso especial e o extraordinário retido nos autos. 4.2. A criação da forma de conhecimento e provimento dos recursos especial e extraordinário pelo próprio relator, em agravo contra decisões que não admitem tais recursos. 4.3. A previsão da possibilidade de agravo contra decisão do relator que reformar o acórdão recorrido em agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso especial e extraordinário. 5. Conclusão.

## 1. INTRODUÇÃO

As recentes mudanças implementadas em nosso processo civil, mediante a edição de várias leis esparsas que alteraram normas do Código que regula a matéria, mereceram uma nova investida com a edição da Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, que modificou o processamento de recursos no âmbito dos tribunais.

A finalidade contida na mencionada Lei é racionalizar o sistema recursal, atualmente pródigo em emperramentos por conta da burocracia procedimental, que resulta em demora na finalização das ações, ocasionado, em alguns casos, a chamada prestação jurisdicional tardia, vale dizer, o obsoleto pronunciamento definitivo do Judiciário sobre determinada questão, gerando, em consequência, prejuízo para o possuidor do direito cuja efetivação se busca.

A nova Lei traz alterações significativas no contexto processual, criando até mesmo a figura do provimento de recurso pelo relator, sem a necessidade de submeter a matéria ao colegiado, forma esta que poderia ser chamada de *provimento singular do recurso*.

Outras alterações marcantes estão previstas na mencionada norma como, infelizmente, a que ressuscita, embora excepcionalmente e em situação específica, a antiga sistemática de preparo do recurso em momento posterior ao seu oferecimento.

Polêmicas muitas surgirão por conta dessa nova alteração no processamento dos recursos, a começar por sua vigência, já que o texto, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 1998, foi retificado em parte na edição de 5 de janeiro de 1999.

O intuito do presente trabalho é exatamente o de analisar as reformas já em vigor, inclusive para verificar se, efetivamente, o novo sistema recursal corresponderá ao anseio das partes litigantes de rápida solução dos feitos submetidos ao Judiciário.

## 2. A VIGÊNCIA DA LEI

Publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.756 mereceu uma retificação no dispositivo que alterou o Art. 545 do Código de Processo Civil, na edição de 5 de janeiro de 1999.

De acordo com a publicação original, a mencionada norma processual passaria a ter a seguinte redação: "Art. 545. Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido, caberá

agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 557”.

Retificou-se, porém, o texto, devendo sua parte final ser “...observado o disposto nos §§ 1 e 2º do Art. 557”.

Desavisadamente, poder-se-ia entender aplicável o § 4º do Art. 1º da Lei de Introdução ao Código Civil<sup>1</sup>, que determina sejam consideradas como lei nova as correções de texto de lei já em vigor.

E, embora ali se recomende, como regra, o período de quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada para que a norma comece a vigor, a Lei nº 9.756/98 entrou em vigor na data de sua publicação<sup>2</sup>, o que é permitido pelo Art. 1º da própria Lei de Introdução ao Código Civil.

É certo que, no caso em exame, só houve retificação de um trecho de artigo modificado do Código de Processo Civil. Ocorre que, conforme doutrina Maria Helena Diniz, “se apenas uma parte da lei for corrigida, o prazo<sup>3</sup> recomeçará a fluir somente para a parte retificada”<sup>4</sup>, o que se poderia atribuir a mencionado trecho a vigência a partir da publicação do dia 5 de janeiro de 1999.

Todavia, quando se fala em *correções de texto*, deve ser entendida a expressão como os reparos que modifiquem substancialmente a norma, pois a falha que a jurisprudência chama de *erro evidente*<sup>5</sup>, como o erro de digitação, desde que não altere o sentido da norma, esse pode ser sanado até mesmo pelo juiz<sup>6</sup>.

Verifica-se, no caso da alteração aqui exposta, que não houve, na retificação, mudança substancial da Lei, ao contrário, simplesmente se buscou reparar um erro

1 Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942.

2 Conforme expressamente previsto em seu Art. 4o.

3 O prazo aqui mencionado se refere à hipótese de lei que entra em vigor quarenta e cinco dias após sua publicação.

4 Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, 2a edição, São Paulo, Saraiva, 1996, p. 58.

5 “(...) *Demonstrado o erro com que foi publicada a lei, não deve ser aplicado o pensamento resultante do texto defeituoso, e sim o que teria disposto o legislador, sobretudo se o texto estampado formar sentido*”. Esse o trecho final da ementa do acórdão da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Apelação de São Paulo, constante na apelação nº 13.760, julgada em 23 de setembro de 1941, onde o relator Percival de Oliveira, em seu voto, afirma que “(...) A competência para corrigir o erro é do intérprete, isto é, do juiz ou do tribunal que tiver de aplicar a lei. O fato de formar sentido o texto legal errado não impede a sua correção; ao contrário, aí é que se torna mais necessária. “Quanto é falaz a compreensão de que dispensam interpretação as leis de redação clara, e o que ostenta o estudo da questão de aplicação das leis erradas na sua publicação, eis que justamente indevido forma, muita vez, sentido e é, não raro, o fator de limpidez do texto” (Eduardo Espínola e Eduardo Espínola Filho – “Tratado de Direito Civil Brasileiro” – vol. III, pag. 74)” (RT 134/237).

6 Conforme explicação de Maria Helena Diniz, invocando preciosa lição de Ferrara, em sua Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada, 2a edição, São Paulo, Saraiva, 1996, p. 57.

que pode perfeitamente ter sido de digitação, mesmo porque não existe o § 3º no Art. 557 do Código de Processo Civil<sup>7</sup>.

Ou seja, mesmo sem a retificação, jamais se poderia aplicar a norma como em sua forma publicada da primeira vez, ficando a cargo do julgador interpretar a remissão do Art. 545 do Código de Processo Civil aos parágrafos do Art. 557 como sendo os *dois últimos parágrafos*, já que o texto dizia “§§ 2º e 3º”. Mas, na verdade, os dois últimos parágrafos do mencionado artigo são, agora, os “§§ 1º e 2º”.

Antes que se argumente que a discussão é de menor importância, nunca é demais lembrar que a Lei foi publicada *dois dias antes do recesso forense existente para a Justiça Federal, compreendendo aí não somente os juízes federais e tribunais regionais federais, mas também os tribunais superiores, inclusive o Superior Tribunal de Justiça, e o Supremo Tribunal Federal*<sup>8</sup>.

Pois bem, no período de *recesso forense* não há suspensão ou interrupção de prazos processuais, conforme adverte o Supremo Tribunal Federal<sup>9</sup>, pois o Art. 179 do Código de Processo Civil não se reporta aos *feriados*, e sim às *férias*, e o recesso forense é considerado como feriado.

Por essa razão, caso se considerasse a retificação da Lei novo período de vigência para o trecho modificado, qualquer aspecto de prazo relativo à decisão embasada na nova Lei somente se deflagraria no primeiro dia útil após o término do recesso; enquanto, tomando-se como válida a primeira publicação, mesmo em relação ao texto alterado, como há de ser feito, qualquer prazo no tocante à decisão antes do recesso não mereceu suspensão ou interrupção.

- 
- 7 Mesmo com a nova redação dada pela Lei nº 9.756/98 ao Art. 557 do Código de Processo Civil, verifica-se que passou tal norma a contar com três parágrafos, quais sejam “§ 1º-A”, “§ 1º” e “§ 2º”.
- 8 Somente a Justiça Federal tem o chamado *recesso forense*, que compreende o intervalo entre 20 de dezembro a 6 de janeiro, período este que é considerado feriado (Art. 62, I, da Lei nº 5.010/66 - Lei de Organização da Justiça Federal). A Justiça Estadual não tem recesso forense, e sim um período de suspensão temporária das atividades normais, que corresponde às *férias coletivas da magistratura*, freqüentemente confundido como recesso, abrangendo o período de 2 a 31 de janeiro e 2 a 31 de julho para os membros de tribunais, e para os juízes de primeiro grau de acordo com o que dispuser a lei de organização judiciária respectiva (Art. 66, § 1º da Lei Complementar nº 35/79 - Lei Orgânica da Magistratura Nacional).
- 9 RE 95.472-4-Edcl-SP, relator Ministro Rafael Mayer, DJ de 23-4-82, pág. 3, onde se firmou o entendimento de que a superveniência dos feriados da Semana Santa não tem o efeito de suspender o decurso do prazo do recurso extraordinário. Conforme destacou o Ministro Francisco Resek, nos Embargos no Recurso Extraordinário nº 106.636-SP (RTJ 119/804), “(...) depois do advento da Lei Orgânica da Magistratura Nacional – que expressamente estipulou os períodos de férias dos magistrados (artigo 66 da Lei Complementar nº 35, de 1979) -, essa Excelsa Corte tem firmado entendimentos de que **feriados**, ainda que **contínuos**, não constituem **férias** e, por isto, não se suspendem os prazos processuais que, neles, acaso recaiam (...)”.
-

### 3. MODIFICAÇÕES QUANTO AOS RECURSOS EM GERAL

#### 3.1. A CRIAÇÃO DA FORMA DE PROVIMENTO DE RECURSO PELO PRÓPRIO RELATOR

De acordo com a redação anterior do Art. 557 do Código de Processo Civil<sup>10</sup>, o relator deveria negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível<sup>11</sup>, improcedente<sup>12</sup>, prejudicado<sup>13</sup> ou contrário à súmula do respectivo tribunal ou de Tribunal Superior.

Essa fórmula, encontrada pelo legislador, teve como intuito aliviar o trabalho dos órgãos fracionários dos tribunais, impedindo a colocação de recurso para apreciação do colegiado, nas hipóteses ali descritas.

Agora, criou-se, mediante a inserção de um parágrafo na mencionada norma<sup>14</sup> a figura do *provimento singular*. Antes, o relator do processo atacado por recurso poderia barrar sua ida ao colegiado, mas só *negando-lhe seguimento, ou*

10 Redação essa, aliás, que já foi dada pela Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995.

11 Conforme ressalta Valentina Jungmann Cintra Alla, "(...)Entende a doutrina que o recurso é inadmissível quando lhe faltar em quaisquer dos pressupostos recursais subjetivos, ou objetivos, como a tempestividade e o interesse recursais, ou a recorribilidade, a tempestividade, a adequação, incluindo a falta de preparo, já que a deserção constitui óbice ao julgamento do recurso. O relator profere, então, juízo negativo de admissibilidade, que se traduz na fórmula correntia de *não conhecer*" (O recurso de agravo e a Lei 9.139, de 30.11.1995, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1998, p. 141).

12 O recurso é tido como improcedente quando se detecta a pretensão do agravante de obter resultado diverso daquele previsto em lei, como é o caso citado por Carreira Alvim onde "o agravante pretende fazer subir recurso adesivo, julgado deserto em face da deserção da apelação" (Novo Agravo, 2a edição, Belo Horizonte, Del Rey, 1996, p. 122.) Pode-se dizer que tal hipótese equipara-se àquela em que o juiz considera inepta a inicial, quando o pedido é juridicamente impossível (Código de Processo Civil: "Art. 295. (...) Parágrafo único. Considera-se inepta a petição inicial quando: (...) III - o pedido for juridicamente impossível;").

13 Constata-se estar o recurso prejudicado, conforme exemplo destacado por Athos Gusmão Carneiro, "no caso do agravo por instrumento, em cujo processo foi, no interregno, proferida sentença de mérito com trânsito em julgado" (O Novo Recurso de Agravo e outros estudos, 3a edição, Rio de Janeiro, Forense, 1998, p. 70).

14 No caso o "§ 10-A". Essa fórmula de utilização de letras seguida ao sistema numérico da lei, na impossibilidade de se encontrar espaço dentro da norma a ser modificada, foi introduzida no Código de Processo Civil mediante a Lei nº 9.079, de 14 de julho de 1995, que acrescentou a *ação monitoria* no contexto de procedimentos especiais de jurisdição contenciosa (Título I do Livro IV do CPC), fazendo ali constar os arts. "1.102a", "1.102b" e "1.102c". A Lei nº 9.756/98 alterou esse estilo de apresentação das letras sob a forma minúscula, colocando-as em maiúsculas, e ainda fazendo constar um hífen no modo de exibição do acréscimo, no caso, "§ 10- A".

*seja, exercendo um juízo negativo. Com a nova sistemática, o relator está autorizado também a exercer singularmente o juízo positivo no recurso, apreciando o mérito da impugnação, dando-lhe provimento.*

É uma inovação profunda na forma de julgamento pelos tribunais, pois quebra o método até então existente de submeter ao colegiado todas as questões que envolvam apreciação de mérito de recurso, com o fim de lhe dar provimento.

As hipóteses de autorização do provimento singular estão divisadas claramente na Lei; ocorrerão nas situações em que a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior; bem como se o confronto for com jurisprudência dominante dos mencionados tribunais.

Cumpre destacar que, embora a lei fale – “pode” – há que ser interpretada como – “autorizado está o relator”. Ou seja, *deve* o relator utilizar-se do provimento singular, se presentes os requisitos legais, não ficando a seu critério submeter ou não ao colegiado a questão, quando incidente uma das hipóteses autorizadoras do provimento.

Admitir o contrário seria tornar inócua a mudança, já que, deixando a critério do relator a submissão de questão ao colegiado, no caso em que a decisão recorrida estiver em desacordo com matéria sumulada ou entendimento dominante firmado pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, tal opção implicaria a extensão do recurso à fase de apreciação pelo colegiado que se buscou eliminar na Lei.

Pode-se então dizer que, com tal mudança, estaria sendo violada uma das características da fase recursal, que é a de reexame da causa por *mais de um julgador*, exatamente para se proporcionar maior segurança na nova análise do processo, partindo-se do pressuposto de que vários julgadores teriam menor chance de errar.

Ocorre que o *provimento singular* não viola essa característica de apreciação de recurso por mais de um magistrado, pois a decisão individual proferida pelo relator, mesmo dando provimento ao recurso, *já reflete o que foi anteriormente decidido pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior*. E que a decisão singular está embasada em *súmula ou entendimento predominante*, ou seja, o suporte da decisão individual é uma decisão de colegiado. Aliás, não só uma decisão, mas o *entendimento que prevalece naqueles tribunais, seja por representar a corrente dominante ou então a própria súmula*.

Assim, o provimento singular nada mais significa que uma ratificação da decisão do colegiado do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior.

Há que se ressaltar o aspecto da obediência à norma constitucional que determina a fundamentação de todas as decisões judiciais<sup>15</sup>, quando do provimento singular do recurso. Deste modo, não basta o relator simplesmente dar provimento sob o argumento de que a decisão recorrida entra em confronto com súmula do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, ou com jurisprudência dominante dos mencionados tribunais.

É necessário que *se demonstre, na decisão que dá provimento singularmente*, que existe súmula dos referidos tribunais que entra em choque com a decisão atacada. Logicamente, isto é facilmente demonstrável, bastando a transcrição da súmula cujo confronto se alega.

Todavia, quanto ao argumento de confronto com decisão *dominante* do Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, pode haver maior dificuldade na fundamentação da decisão, pois imperiosa a referência, na decisão que dá provimento ao recurso, dessa jurisprudência dominante, *inclusive com a prova de que o entendimento jurisprudencial, cujo confronto se alega, é, efetivamente, o que domina o pensamento do tribunal que o originou*.

Para tanto, deve o relator se valer de fonte jurisprudencial ou doutrinária idônea, demonstradora desse domínio de entendimento do tribunal, a fim de proceder a devida transcrição em sua análise que gera o provimento singular do recurso.

### **3.1.2. A possibilidade de exercício do juízo de retratação no recurso contra o provimento singular**

Quando o relator dá provimento a recurso, na hipótese de a decisão recorrida estar em confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, caberá agravo contra tal decisão<sup>16</sup>.

Esse recurso, que pode ser enquadrado na categoria dos *agravos inominados*, eis que não se cuida de agravo de instrumento, retido nos autos ou o chamado regimental<sup>17</sup>, é cabível no prazo de cinco dias, sendo competente para seu

15 CF/88: "Art. 93 (...) IX – todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e *fundamentadas todas as decisões*, sob pena de nulidade (...)" (destaquei).

16 CPC: "Art. 557 (...) § 1º. *Da decisão caberá agravo*, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento" (destaquei).

17. Embora, a meu ver, o agravo regimental nada mais represente que o agravo legal e inominado de que cuida o Art. 39 da Lei nº 8.038/90 ("*da decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de*

juízo o órgão que seria o encarregado da apreciação do recurso, caso tivesse havido o provimento singular.

Interessante observar, quanto ao mencionado agravo, o fato de que a Lei abre a possibilidade de o relator *exercer o juízo de retratação*, podendo assim, a depender da argumentação jurídica contida no recurso, reconsiderar a decisão que deu provimento ao recurso sob a forma singular, para submetê-lo ao colegiado.

É o que pode ocorrer, por exemplo, quando o agravante demonstra que o provimento singular teve como respaldo jurisprudência tida como dominante no Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, mas que na verdade não é majoritária a posição que serviu de embasamento à decisão monocrática.

A Lei não fixa prazo para o exercício do juízo de retratação, nem estipula a necessidade de ouvida da parte contrária para se manifestar sobre o recurso, daí porque entendo deva o relator, tão logo apresentado o agravo inominado contra seu entendimento, verificar se mantém sua decisão que deu provimento ao recurso, sem a necessidade de ouvida da parte contrária, seja porque não previsto em lei tal ato, seja pela protelação desnecessária ao feito que tal atitude ensejaria.

### **3.1.3. A apresentação do agravo em mesa**

Caso o relator mantenha a decisão recorrida, após o exercício do juízo de retratação, deverá apresentar o agravo em mesa, significando que não é devida a colocação do recurso *em pauta de julgamento*.

Vale dizer: o relator, tão logo se convença de que deve manter sua decisão, levará o agravo ao órgão encarregado de apreciar o recurso, para que então se proceda o julgamento do agravo.

Caso não houvesse tal previsão, o relator deveria pedir dia para julgamento do agravo inominado que atacou sua decisão singular de dar provimento ao recurso. E assim, teria a secretaria, responsável pela tramitação do recurso, que se encarregar de encaminhar os autos ao presidente da turma, câmara ou seção, a depender do tribunal onde tramite o agravo, para este designar dia para julgamento, mandando publicar a pauta no órgão oficial.

Como a referida pauta tem como finalidade dar ciência às partes de que o feito se encontra apto a julgamento, podendo ser apreciado na sessão mencionada na pauta, haveria que se aguardar quarenta e oito horas, pelo menos, entre a data da



publicação da pauta e a sessão de julgamento; além disto, deveria ser afixada a pauta na entrada da sala em que se realizaria a sessão de julgamento<sup>18</sup>.

Eliminando-se a formalidade em relação ao agravo inominado contra decisão que dá provimento singular ao recurso, impede-se a demora na solução do mencionado recurso, devendo o relator encaminhar o agravo na primeira sessão, após o recebimento do recurso.

Penso, inclusive, que na própria sessão de julgamento do agravo pode o relator *manifestar seu juízo de retratação*, declinando oralmente as razões pelas quais mantém a decisão atacada, não somente gerando a celeridade do feito, mas igualmente dando ao colegiado ciência das razões da inalterabilidade de seu convencimento, facilitando a apreciação dos argumentos jurídicos contidos no agravo.

#### **3.1.4. A imposição do pagamento de multa quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso**

A possibilidade de interposição de agravo contra a decisão que dá provimento singular ao recurso poderia gerar a utilização de tal meio recursal, como forma de a questão nunca deixar de ser submetida ao colegiado.

Nesta hipótese, restaria esvaziada a intenção do legislador em dar celeridade ao recurso, quando a matéria abordada já mereceu a devida apreciação pelo Supremo Tribunal Federal ou Tribunal Superior, resultando em entendimento dominante ou sumulado.

Por isto mesmo, criou-se um mecanismo para evitar a utilização constante do agravo inominado contra o provimento singular, que é a imposição do pagamento de multa quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso<sup>19</sup>.

Essa multa, que varia entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, pode até não significar, em determinadas situações, fator de desestímulo ao recurso, notadamente nas causas de valor ínfimo.

---

*relator que causar gravame à parte, caberá agravo para o órgão especial, Seção ou Turma, conforme o caso, no prazo de cinco dias")* sendo, porém, conhecido por *regimental* diante também da previsão dessa forma recursal, nos regimentos internos dos tribunais.

18. Art. 552 do Código de Processo Civil.

19. CPC: "Art. 557. (...) § 2º Quando manifestamente inadmissível ou infundado o agravo, o tribunal condenará o agravante a pagar ao agravado multa entre um e dez por cento do valor corrigido da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito do respectivo valor".

O mais importante dessa disposição, porém, é o condicionamento do depósito do respectivo valor à interposição de qualquer outro recurso, criando-se, aí, *um novo requisito de admissibilidade dos recursos em geral*.

Deste modo, quando da interposição de qualquer recurso, deve a Secretaria ou Cartório encarregados da tramitação do feito, fazer um levantamento e informar, nos autos, *se existe pendência em relação a depósito de multa decorrente da utilização do agravo inominado, manifestamente inadmissível ou infundado contra provimento singular*, porque, caso exista tal pendência, não poderá ser admitido qualquer recurso.

E mais: além da decretação da multa, deverá o tribunal considerar litigante de má-fé aquele que interpõe o recurso com intuito manifestamente protelatório<sup>20</sup>, condenando-o *a pagar não somente multa, como também indenização devida à parte contrária, para ressarcimento dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou*<sup>21</sup>.

Sem dúvida, tal condenação poderá inibir, e muito, o mal uso do agravo inominado, até porque o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento no sentido de que é possível a fixação de tais honorários em 20% sobre o valor da condenação, e que as despesas a ser ressarcidas à parte contrária, devem ser atualizadas monetariamente<sup>22</sup>.

A única dificuldade na estipulação da multa e indenização, é o fato de que se exige a fixação de seus valores pelo *tribunal*<sup>23</sup> e não pelo *relator*, vale dizer, há que se manifestar o colegiado sobre referidas penalidades impostas ao que se utiliza do agravo inominado para retardar o andamento do processo.

20. Inciso IV do Art. 17 do CPC, acrescentado pela Lei nº 9.668, de 23/6/98, reputando como litigante de má-fé aquele que "interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório".

21. Nova redação do Art. 18 do CPC, dada pela Lei nº 8.668/98: "Art. 18. O juiz ou tribunal, de ofício ou a requerimento, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a um por cento sobre o valor da causa, e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou".

22. Embargos de Declaração no Recurso Especial nº 170743/SC, relator Ministro José Delgado, julgado em 6 de outubro de 1998, publicado no Diário da Justiça de 8 de fevereiro de 1999, p. 253.

23. Trecho do § 2º do Art. 557 do Código de Processo Civil: "(...) o **tribunal** condenará o agravante (...)" (grifei).

### 3.2. O ACRÉSCIMO DO “PORTE DE REMESSA” COMO DESPESA NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO

Segundo a redação anterior do Art. 511 do Código de Processo Civil, no ato de interposição do recurso, o recorrente deveria comprovar, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de retorno, sob pena de deserção.

Com a redação atual do mencionado dispositivo, quando do preparo do recurso, além da necessidade de comprovação do porte de retorno, há que se demonstrar o recolhimento do *porte de remessa*.

Obviamente, por se cuidar de regra geral em relação aos recursos, dependerá de cada caso a verificação da possibilidade de cobrança do porte de remessa e retorno.

É o caso, por exemplo, do agravo de instrumento, que é interposto diretamente no tribunal, não havendo mais a sua remessa pelo juízo da causa, razão por que sequer o § 1º do Art. 525 do Código de Processo Civil faz menção à despesa relativa ao porte de remessa<sup>24</sup>. Quanto ao porte de retorno, porém, já havia a previsão expressa para sua exigência<sup>25</sup>; mas, logicamente, em caso de o tribunal adotar o arquivamento do recurso no juízo da causa, não haverá *remessa* dos autos nem a despesa correspondente.

A cobrança do porte de retorno, que passa a figurar como integrante do preparo dos recursos em geral, se tornará legítima para custear as despesas pela devolução dos autos de outro tribunal para o de origem, após o julgamento de recurso, ou do tribunal que julgou o recurso ao juízo da causa.

Cumprе destacar que as despesas de porte de remessa e retorno dos autos, em relação a processos que devam ser encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, serão recolhidas mediante documento de arrecadação, de conformidade com instruções e tabelas expedidas por mencionados tribunais, cujas secretarias zelarão pelo recolhimento das despesas postais<sup>26</sup>.

---

24. CPC: “Art. 525. (...) § 1º Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais”.

25. Conforme se vê no § 1º do Art. 525 do CPC.

26. A Lei nº 9.756/98 deu nova redação ao Art. 41 da Lei nº 8.038/90, estipulando tais condições.

### 3.3. A possibilidade de suprimento no caso de insuficiência no valor do preparo

A forma do preparo prévio, instituída a partir da Lei nº 8.950, de 13 de dezembro de 1994, que deu nova redação ao Art. 511 do Código de Processo Civil, veio como meio de agilização dos recursos, evitando-se o sistema até então adotado do preparo posterior do recurso.

Com a mudança do mencionado artigo, *ressuscitou-se em parte o antigo sistema*, possibilitando o suprimento do preparo, quando insuficiente o valor depositado no ato da interposição do recurso<sup>27</sup>.

Sem dúvida, a intenção do legislador foi a de evitar a aplicação da pena de deserção em órgãos da Justiça onde não se tem delimitado, de forma clara, o valor das custas e despesas processuais.

Todavia, tal prática se revela claramente dispensável em órgãos onde o Código de Organização Judiciária ou a legislação que o complementa traga os valores em forma de tabela, amplamente divulgadas nos setores onde tramitam as causas e respectivos recursos.

Aliás, esse *direito de o recorrente complementar o valor do preparo, quando insuficiente*, poderá dar margem à procrastinação do processo, pois, mesmo depositando valor ínfimo, ao apresentar o recurso, deverá ser o recorrente intimado para, em cinco dias, realizar o depósito integral da quantia devida.

## 4. ALTERAÇÕES QUANTO AOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO

### 4.1. O RECURSO ESPECIAL E O EXTRAORDINÁRIO RETIDO NOS AUTOS

Embora os recursos extraordinário e especial tenham sido criados para o exame dos aspectos ligados à preservação da ordem jurídica constitucional e de direito federal, respectivamente, nas *causas* decididas em única ou última instância, é permitida a utilização de tais meios de impugnação *em relação às decisões interlocutórias*.

---

27. CPC: "Art. 511 (...) § 2º - *A insuficiência no valor do preparo* implicará deserção, se o recorrente, intimado, não vier a supri-lo no prazo de cinco dias" (destaquei).

O Superior Tribunal de Justiça, a propósito, como bem destaca Nelson Luiz Pinto<sup>28</sup>, embora inicialmente se tenha posicionado pela impossibilidade de cabimento de recurso especial contra decisão de agravo de instrumento<sup>29</sup>, acabou mudando seu entendimento, firmando inclusive a Súmula nº 86, asseverando que “Cabe recurso especial contra acórdão proferido no julgamento de agravo de instrumento”.

Agora, porém, na hipótese de utilização do recurso extraordinário ou recurso especial contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar ou embargos à execução, ficarão mencionados *recursos retidos nos autos*, impondo-se, como requisito para seu processamento nos tribunais encarregados do respectivo julgamento, o *pedido de reiteração da parte interessada*, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões<sup>30</sup>.

Essa providência tem como finalidade evitar o estancamento do feito, nas hipóteses em que são atacadas por via de recurso especial ou extraordinário as decisões interlocutórias.

#### 4.2. A CRIAÇÃO DA FORMA DE CONHECIMENTO E PROVIMENTO DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO PELO PRÓPRIO RELATOR, EM AGRAVO CONTRA DECISÕES QUE NÃO ADMITEM TAIS RECURSOS.

Sabe-se que, tanto no recurso especial como no extraordinário, existe um *juízo prévio de admissibilidade*<sup>31</sup>, que é exercido pelo presidente ou vice-presidente

28. Recurso Especial para o STJ, 2ª edição, São Paulo, Malheiros, 1996, p. 112.

29. Entendia o Superior Tribunal de Justiça que “(...) A expressão constitucional ‘causas decididas’ (pelos tribunais) não pode ter compreensão dilargante a ponto de abranger, para justificar o apelo especial, arestos decorrentes de agravos instrumentalizados contra decisões do juiz singular. O cabimento de recurso especial em agravo de instrumento exige que este se origine de uma decisão que extinga o processo, com ou sem julgamento do mérito” (Trecho da ementa do Recurso Especial nº 19.352-0-SP, da Primeira Turma do STJ, julgado em 26 de março de 1992, RSTJ 34/441). Conforme ali destacou o relator, Ministro Demócrito Reinaldo, “(...) Causas decididas, segundo me parece, são aquelas que foram julgadas, afinal, que tiveram uma decisão terminativa, encerrando o processo, com ou sem julgamento de mérito. Não se decide uma causa mediante mero despacho interlocutório. Não é suficiente que o ato decisório contenha uma questão federal e não é somente o deslinde desta que justifica o recurso especial. É preciso que ele seja, pelo menos, terminativo, que ‘finde o processo’, que ‘julgue a causa’, que ‘decida a causa’ (em única ou última instância), na expressão constitucional”.

30. CPC: “Art. 542 (...) § 3º - O recurso extraordinário ou o recurso especial, quando interpostos contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução ficarão **retido nos autos** e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contra-razões” (destaquei).

31. Conforme dispõe o § 1º do Art. 541 do CPC.

do tribunal recorrido<sup>32</sup>, onde são analisados todos os pressupostos dos mencionados recursos, e inclusive proferido um verdadeiro juízo de mérito para a verificação do possível enquadramento dos apelos extremos nas hipóteses contempladas pela Constituição Federal<sup>33</sup>.

No caso de não serem admitidos mencionados recursos, a parte pode se utilizar do agravo de instrumento com regras específicas<sup>34</sup>, eis que interposto no tribunal de origem, cabendo a este o envio ao Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal.

Pois bem, no caso de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial, ao chegar mencionado agravo ao Superior Tribunal de Justiça, o relator, verificando que o acórdão recorrido está em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante daquele tribunal, agora *deverá* conhecer do recurso (no caso o agravo), para dar provimento *ao próprio recurso especial*<sup>35</sup>, ou seja, não há mais necessidade de submeter o agravo, nessa situação, ao colegiado, para que este conheça do recurso.

É exatamente a situação do *provimento singular do recurso*, mas, em situação específica de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, quando então o relator, verificando que o acórdão recorrido está em confronto com súmula ou jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, *exercerá seu novo poder monocrático para dar provimento ao próprio recurso especial*, mesmo que por intermédio de um agravo dirigido contra decisão que não admitiu o apelo extremo.

Ressalte-se que, embora a norma só fale em *recurso especial*, há que se estender esse tipo de provimento *ao recurso extraordinário*, uma vez que a previsão é um desdobramento do Art. 544 do Código de Processo Civil, especificamente o § 3º, que cuida *do agravo contra a não admissão dos recursos extraordinário e*

32. A designação do presidente ou vice-presidente para tal função jurisdicional deve ser fixada em lei de organização judiciária, por se cuidar de matéria procedimental, deixada pelo legislador federal a critério de cada organismo da Justiça estipular a forma de o tribunal exercer a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

33. No caso, as alíneas “a” a “c” do inciso III do Art. 102 da CF/88 para o recurso extraordinário; e as alíneas “a” a “c” do inciso III do Art. 105 do Texto Maior no tocante ao recurso especial.

34. Art. 544 do CPC.

35. CPC: “Art. 544 (...) § 3º - **Poderá o relator**, se o acórdão recorrido estiver em confronto com a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, **conhecer do agravo para dar provimento ao próprio recurso especial**; poderá ainda, se o instrumento contiver os elementos necessários ao julgamento do mérito, determinar sua conversão, observando-se, daí em diante, o procedimento relativo ao recurso especial” (destaquei).

*especial*. Assim, não teria sentido ficar o recurso extraordinário fora dessa possibilidade de aproveitamento do agravo para dar provimento ao apelo excepcional.

Além do que, o próprio § 4º do Art. 544 do Código de Processo Civil determina a aplicação do § 3º do mencionado artigo, no tocante ao agravo de instrumento contra denegação de recurso extraordinário, salvo quando, na mesma causa, houver recurso especial admitido e que deva ser julgado em primeiro lugar.

### **4.3. A previsão da possibilidade de agravo contra decisão do relator que reformar o acórdão recorrido em agravo de instrumento contra decisão que não admite recurso especial e extraordinário**

A infeliz prodigalidade recursal em nosso sistema processual veio também estampada na nova Lei, ao manter a possibilidade de se interpor *um novo recurso contra a decisão já proferida em recurso que não admite outro recurso*.

Explico. Quando o presidente ou vice-presidente do tribunal não admite recurso extraordinário ou especial, pode-se agravar de tal decisão, sendo que mencionado recurso será analisado por membro do Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, conforme o caso.

Pode ocorrer que o relator, ao analisar tal agravo, não admita o recurso ou lhe negue provimento, ou proceda à reforma do acórdão recorrido. E é exatamente contra essa decisão que cabe o agravo referido no Art. 545 do Código de Processo Civil<sup>36</sup>.

É possível, nessa situação, exercer o relator o juízo de retratação, ou do contrário apresentará o agravo em mesa; vale dizer: dispensa-se a publicação de pauta, sendo cabível também a imposição de pagamento de multa, quando manifestamente inadmissível ou infundado o recurso<sup>37</sup>.

---

36. Nova redação do Art. 545 do CPC: “Da decisão do relator que não admitir o agravo de instrumento, negar-lhe provimento ou reformar o acórdão recorrido, caberá agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, observado o disposto nos §§ 2º e 3º do Art. 557”. Esta parte final foi retificada no Diário Oficial da União do dia 5 de janeiro de 1999, passando a ser “...observado o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 557”, cuja consequência já foi devidamente analisada no item 2 deste trabalho.

37. Aplicação dos §§ 1º e 2º do Art. 557 do CPC, expressamente prevista no final do Art. 545 do mesmo código.

## 5. CONCLUSÃO

Com a instituição do *provimento singular do recurso*, e demais mecanismos criados pela Lei, com o fim de dificultar o manejo de recursos, é previsível a utilização de ataques por parte dos que entendem não possa merecer restrição o princípio do *duplo grau de jurisdição*.

É certo que a Lei Maior garante o exercício da ampla defesa no tocante não só aos feitos judiciais, mas também àqueles de índole administrativa, com a utilização *de todos os meios e recursos inerentes à mencionada ampla defesa*.

Todavia, a melhor interpretação de tal dispositivo é que *os recursos inerentes à ampla defesa* podem conter exigências em relação à sua admissibilidade, sem que tal importe em cerceamento de defesa, pois o fato de a CF/88 prever a utilização de recurso não implica a obrigatoriedade da existência deste, até porque a própria norma constitucional diz que é possível a utilização de recurso *desde que inerente à ampla defesa*; vale dizer: é preciso que o recurso seja *ligado estruturalmente* ao processo, com previsão, portanto, em norma infraconstitucional, salvo os previstos na própria Constituição, como é o caso dos recursos extraordinário e especial.

A Lei nº 9.756/98 basicamente vem reforçar o que já havia sido instituído por meio da Lei nº 9.139, de 30 de novembro de 1995<sup>38</sup>, que é o *alargamento do poder de decisão singular do membro de colegiado*, permitindo que se dê encaminhamento a recurso, sem a necessidade de apreciação pelos demais membros do tribunal respectivo.

Parece ser uma tendência do direito processual civil moderno, à vista das últimas reformas legislativas, deixar o colegiado de um tribunal restrito às questões onde se possa criar o Direito, atendendo-se a sua importante função de firmar jurisprudência.

Neste sentido, as questões repetitivas, em que já exista posição reiterada e consolidada pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e outros Tribunais Superiores, notadamente quando *sumulada a matéria*, não necessitam mais passar pelo crivo dos órgãos fracionários da corte encarregada de apreciar a pretensão recursal.

Pode-se dizer que essa implantação do sistema da *autonomia do membro do colegiado para decidir isoladamente as questões já pacificadas pelo Supremo*

---

38. Mencionada Lei criou o novo regime jurídico do agravo de instrumento.



*Tribunal Federal e tribunais superiores é um prenúncio da implantação em nosso sistema jurídico da chamada súmula vinculante.*

Inteligentemente, os reformistas do Código de Processo Civil semeiam, mediante esparsas normas, a sistemática de desestímulo ao recurso quando fundado em matéria já sumulada ou reiteradamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores, em dois pontos básicos: celeridade do julgamento do recurso com a decisão monocrática do membro do colegiado; e imposição de multa ao recurso que venha a assumir caráter nitidamente protelatório.

Deste modo, a nova geração de operadores do direito verá, na prática, que determinado assunto, se já merecedor de súmula do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior, como o Superior Tribunal de Justiça, não mais deverá receber o ataque recursal como forma de tentativa de alongamento da causa, ou reversão da posição do juiz que assim decidiu amparado pelo entendimento jurisprudencial dominante.

Com isso, a implantação da súmula vinculante nada mais representará, em breve espaço de tempo, que a concretização dessa tendência de racionalização do processo.

É certo que, sempre ao se abordar a questão da natureza vinculante da súmula, fala-se em guilhotinar a independência do magistrado, notadamente o de primeiro grau. O assunto já vem merecendo o enfoque doutrinário com o aprofundamento devido, com posições de evidente razoabilidade, tanto as favoráveis, como as contrárias ao instituto.

Ressalto tão-somente que, se o juiz é obrigado a seguir a lei, desde que não colida com a Constituição Federal, uma vez que tal instrumento revela a vontade popular materializada por seus representantes, não me parece de todo absurdo deva o magistrado se render ao entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça, pois é nessa ocasião que o Poder Judiciário cumpre uma de suas mais nobres funções: proporcionar a segurança jurídica com a adoção da interpretação final das questões constitucionais e do direito federal.

E só se pode falar em *livre convicção do juiz*, em relação à aplicação do direito, no tocante a matéria que dê margem à interpretação, visto que se nenhum magistrado pode fugir dos preceitos constitucionais, muito menos deve fazê-lo em relação ao órgão encarregado de dizer como tais preceitos efetivamente são aplicados, que no caso é o Supremo Tribunal Federal.

Na mesma esteira de raciocínio, como o juiz deve cumprir as leis que não contenham resíduos de inconstitucionalidade, no instante em que o Superior Tribunal

de Justiça é o intérprete final das normas infraconstitucionais, na qualidade de unificador do direito federal, não se pode fugir da observância ao que tal órgão diz como deve ser lida a lei federal, mediante o entendimento sumulado ou predominante.

A aurora dessa nova época, em que o processo se tornará mais racional, por limitar o abuso de recursos meramente protelatórios e, conseqüentemente, forçar o encerramento da causa em tempo razoável, ganha reforço significativo com a Lei nº 9.756/98, a resgatar a posição da ciência do direito processual, civil como um instrumento a ser utilizado para a efetividade do direito material, e não como modo de embaraçá-lo.